

## ESTATUTOS

### CAPITULO I

(Designação, âmbito, objecto e competência)

#### Artigo 1º

(Designação)

É constituída ao abrigo do Decreto-Lei n.º 215 – C/75, de 30 de Abril, por tempo indeterminado, a Apormed – Associação Portuguesa das Empresas de Dispositivos Médicos, sem fins lucrativos, com sede na Avenida José Gomes Ferreira, 9, 6º, Sala 64, em Miraflares, Freguesia de Carnaxide, Concelho de Oeiras, a qual se regerá pelos presentes estatutos:

#### Artigo 2º

(Âmbito)

A Associação tem âmbito nacional e poderá estabelecer delegações em qualquer localidade do País, bem como filiar-se em organismos nacionais e internacionais e é constituída pelas empresas nela inscritas, ou que venham a inscrever-se, e que tenham por ramo de actividade a produção ou a comercialização de dispositivos médicos.

#### Artigo 3º

(Objecto)

A Associação tem por objecto a coordenação, representação, fomento e defesa dos legítimos interesses e direitos comuns das empresas nela inscritas, a promoção de elevados padrões de qualidade e ética, bem como de outros objectivos não especificados que não contrariem o âmbito da Associação.

#### Artigo 4º

(Competência)

No âmbito do seu objecto, compete nomeadamente à Associação:

- a) Representar e defender os interesses e os direitos dos seus associados, incluindo em juízo;
- b) Promover e divulgar a legislação e regulamentação aplicável ao sector e zelar pela sua correcta aplicação;
- c) Promover e difundir os princípios e práticas éticas entre os seus associados;

- d) Participar no desenvolvimento e na aplicação da legislação e regulamentação nacionais, no âmbito da produção e comercialização de dispositivos médicos;
- e) Cooperar e colaborar com entidades oficiais e instituições privadas, a nível nacional e internacional, no estudo dos princípios e normas conducentes ao desenvolvimento e garantia de padrões uniformes de qualidade;
- f) Divulgar informações de carácter técnico e científico de interesse comum para os seus associados;
- g) Contribuir para o conhecimento e avaliação do mercado, reconhecendo e divulgando informações sobre os sectores específicos, quer para uso oficial, quer para uso dos seus associados;
- h) Desenvolver, de um modo geral, quaisquer outras acções de interesse comum para o sector de actividade dos seus associados;

## CAPÍTULO II

(Associados)

### ARTIGO 5º

(Admissão)

1. Poderão inscrever-se na Associação todas as Empresas que legalmente realizem actividades de investigação e desenvolvimento, produção e comercialização e/ou prestações de serviços a elas associadas, na área dos dispositivos médicos em Portugal.
2. Para admissão como associado, é necessário formular o pedido de admissão em boletim adequado, fornecendo os elementos necessários à correcta identificação da entidade proposta, com a designação do seu representante junto da Associação legalmente mandatado para o efeito.
3. A apreciação destes elementos e a admissão de associados é da competência da Direcção.
4. Da deliberação a que se refere o número antecedente cabe recurso para a Assembleia Geral, a interpor no prazo de 30 dias a contar da data da comunicação ao interessado, por carta registada com aviso de recepção.
5. Tem legitimidade para interpor o recurso previsto no número anterior, o interessado ou qualquer associado no pleno gozo dos seus direitos associativos.

## ARTIGO 6º

### (Direito dos Associados)

Os associados têm direito a:

- a) Tomar parte nas Assembleias Gerais ou noutras reuniões para as quais sejam convocados;
- b) Eleger e serem eleitos para os Órgãos da Associação não podendo desempenhar funções em mais de um órgão social, dentro do mesmo mandato;
- c) Requerer a convocação da Assembleia Geral nos termos da alínea b) do Artigo 19º;
- d) Requerer a inclusão de pontos específicos para a discussão, por carta registada dirigida ao Presidente da Assembleia Geral, desde que a respectiva Mesa os admita;
- e) Apresentar na Associação, bem como submeter à Direcção as questões e sugestões julgadas de interesse e conveniência para o sector e para os fins da associação, bem como requerer a sua intervenção na defesa dos seus interesses;
- f) Participar, quando nomeado, nos grupos de trabalho constituídos para o estudo dos problemas de interesse do sector, nos termos do Regulamento dos Grupos de Trabalho;
- g) Frequentar as instalações da Associação e utilizar os serviços organizados em seu benefício, nas condições definidas pela Direcção;
- h) Usufruir de todos os demais benefícios e regalias que a Associação venha a definir e proporcionar aos associados;
- i) Desvincular-se de associado da Associação, nos termos da alínea b) do artigo 8º.

## ARTIGO 7º

### (Deveres dos Associados)

São deveres dos associados:

- a) Prestar colaboração efectiva a todas as iniciativas que visem a prossecução do objecto da Associação, facultando-lhe, nomeadamente, as informações e os elementos que venham a ser solicitados;
- b) Participar na vida e gestão administrativa da Associação, nomeadamente no desempenho dos cargos associativos para que tenham sido eleitos ou designados;
- c) Respeitar a legislação bem como as directrizes do Código de Boas Práticas Comerciais;
- d) Colaborar activamente com a Comissão Disciplinar;
- e) Pagar as quotas e outras prestações financeiras, de harmonia com o determinado nestes estatutos, ou em Assembleia Geral;

- f) Participar nos grupos de trabalho constituídos para estudo dos problemas e interesses do sector, quando designados;
- g) Cumprir os regulamentos emanados dos órgãos associativos;
- h) Manter o registo de identificação e morada devidamente actualizado, bem como a nomeação do seu representante;

## ARTIGO 8º

### (Perda da qualidade de Associado)

1. Perdem a qualidade de associado:
  - a) As empresas que deixem de exercer a actividade representada pela Associação;
  - b) As empresas que o solicitarem por carta registada endereçada à Direcção;
  - c) As empresas que forem excluídas da Associação por deliberação da Direcção ou Assembleia Geral, por maioria qualificada;
  - d) As empresas que deixem de pagar as quotas por período superior a seis meses, ou não satisfaçam outras prestações financeiras a ser fixadas nos termos da alínea a) do artigo anterior;
  - e) As empresas que incorram em infracção disciplinar grave.
2. No caso referido na alínea c) cabe recurso para a Assembleia Geral imediata;
3. As empresas excluídas perdem os seus direitos sobre o património social;
4. O Associado que, por qualquer forma, deixar de pertencer à Associação não tem direito a reaver as quotizações ou outras prestações financeiras que haja pago e/ou donativos que tenha feito, sem prejuízo da sua responsabilidade por todas as prestações relativas ao tempo em que foi membro da Associação.

## ARTIGO 9º

### (Infracções disciplinares)

Considera-se infracção disciplinar a falta de cumprimento dos deveres constantes destes Estatutos, bem como, do Código de Boas Práticas Comerciais.

## ARTIGO 9º - A

### (Procedimento disciplinar)

1. Cabe à Direcção, após proposta da Comissão Disciplinar, não só apreciar as infracções disciplinares, mas também aplicar as respectivas sanções previstas no artigo 10º.

2. O associado deve ser notificado da acusação, por escrito, até 30 dias após o conhecimento dos factos que a fundamentam. O Associado tem 15 dias úteis para apresentação da defesa, juntando prova.
3. A Comissão Disciplinar deverá apresentar o seu parecer e comunicá-lo à Direcção no prazo máximo de 10 dias a partir da apresentação do relatório final do instrutor.
4. Em matéria disciplinar, o associado pode recorrer para a Assembleia Geral e desta para os tribunais comuns, dentro dos princípios gerais do direito.

#### ARTIGO 9º - B

##### (Comissão Disciplinar)

1. A Comissão Disciplinar é constituída por três membros, o Presidente da Assembleia Geral, o Presidente do Conselho Fiscal e um terceiro membro, designado pela Direcção, necessariamente um profissional de reputada experiência e mérito jurídico, sem ligação directa ou indirecta, presente ou passada, com qualquer empresa associada.
2. A Comissão Disciplinar é dirigida pelo Presidente da Assembleia Geral e secretariada pelo Presidente do Conselho Fiscal.
3. Ao terceiro elemento caberá a instrução do processo disciplinar que, findas as diligências instrutórias, apresentará no prazo de 10 dias o relatório final, do qual devem constar as suas conclusões e a proposta de aplicação da sanção ou da absolvição do associado visado pela acção disciplinar.

#### ARTIGO 10º

##### (Sanções disciplinares)

1. As sanções aplicáveis às infracções disciplinares do associado são:
  - a) Advertência;
  - b) Repreensão por escrito;
  - c) Multa;
  - d) Suspensão temporária;
  - e) Expulsão;
2. O valor da multa não poderá exceder duas vezes o valor da quota anual mais elevada.
3. A suspensão temporária poderá ir de um a seis meses.
4. A não regularização pontual das quotas pode levar à aplicação das sanções mencionadas, sem prejuízo da cobrança judicial.

5. A sanção de expulsão apenas poderá ser aplicada em caso de grave violação dos deveres de associado.

### CAPITULO III (Órgãos Sociais)

#### SECÇÃO I Princípios Gerais

##### ARTIGO 11º (Enumeração)

São os seguintes os órgãos da Associação: - Assembleia Geral; - Direcção; - Conselho Fiscal.

##### ARTIGO 12º (Duração e Extinção do Mandato)

1. O período do mandato dos cargos de qualquer órgão social tem a duração de dois anos, sendo, no entanto, possível a reeleição. Não poderão ser excedidos três mandatos consecutivos no mesmo cargo.
2. Aos titulares dos órgãos sociais não é permitido o desempenho simultâneo de mais de um cargo na Associação.
3. Quando terminado o mandato devem os titulares permanecer no exercício das suas funções, até à tomada de posse dos novos titulares dos órgãos sociais.
4. Se em qualquer órgão social se verificarem vagas temporárias ou definitivas, devem os outros membros desse órgão escolher e designar, no prazo máximo de sessenta dias, entre os associados no pleno gozo dos seus direitos aquele ou aqueles que preencherão os lugares vagos até à realização da próxima Assembleia-Geral, que deverá ter lugar no prazo máximo de trinta dias após a data da designação.
5. Se, num órgão social, as vagas abrangerem todos os membros desse órgão, ou tendo apenas permanecido um titular, cabe ao Conselho Fiscal a escolha e designação, no prazo máximo de sessenta dias, dos associados para o preenchimento daquelas, até à realização da próxima Assembleia Geral, convocada nos termos do artigo anterior.
6. Não existindo o Conselho Fiscal ou se este não providenciar ao preenchimento das vagas existentes num órgão social, no prazo estabelecido no número anterior, deverá

ser convocada, no prazo máximo de trinta dias, uma Assembleia Geral Extraordinária, com essa expressa Ordem de Trabalhos.

#### ARTIGO 13º

##### (Exercício dos Cargos Sociais)

1. Nos cargos colegiais, cada um dos membros tem direito a um voto, com excepção do Presidente que tem voto de qualidade.
2. O exercício dos cargos sociais de eleição é gratuito.
3. Os membros dos órgãos sociais não poderão votar em assuntos que directamente lhes digam respeito, ou nos quais sejam interessados os respectivos cônjuges, ascendentes, descendentes e equiparados.
4. Os membros dos órgãos sociais não podem contratar directa ou indirectamente com a Associação, salvo se do contrato resultar para esta manifesto benefício.

#### ARTIGO 14º

##### (Destituição dos órgãos sociais)

Os órgãos sociais podem ser destituídos por deliberação da Assembleia Geral, convocada para o efeito.

#### SECÇÃO II

##### (Assembleia Geral)

#### ARTIGO 15º

##### (Constituição)

1. A Assembleia Geral é constituída por todos os seus associados em pleno gozo dos seus direitos e dirigida por uma mesa que se compõe de um Presidente, um Vice-Presidente e um Secretário.
2. Cabe ao Presidente convocar a Assembleia Geral, dirigir os seus trabalhos, dar posse aos titulares dos órgãos sociais, aceitar ou recusar a candidatura dos associados aos cargos sociais, verificar os mandatos de representação, despachar e assinar todo o expediente de Mesa.
3. Cabe ao Vice-Presidente, e na ausência deste ao Secretário, substituir o Presidente da Mesa nas suas faltas e impedimentos e redigir as actas.

4. Na ausência dos membros da Mesa, a Assembleia Geral designará quem os substitua de entre os associados presentes no seu início.

## ARTIGO 16º

### (Competências)

Cabe à Assembleia Geral:

- a) Eleger a respectiva Mesa e os demais órgãos sociais;
- b) Decidir sobre a exoneração dos órgãos sociais;
- c) Aprovar os regulamentos da Associação propostos pela Direcção referidos na alínea d) do Artigo 22º;
- d) Estabelecer o valor da quota e a sua periodicidade;
- e) Apreçar e aprovar o orçamento anual, o relatório da direcção, o balanço e contas do exercício e o parecer do Conselho Fiscal;
- f) Apreçar as propostas que lhe são dirigidas;
- g) Deliberar sobre a alteração de Estatutos;
- h) Dissolver a Associação nos termos do art. 41º dos presentes Estatutos ou deliberar sobre a cisão ou fusão;
- i) Deliberar sobre os recursos interpostos pelos Associados;
- j) Exercer qualquer outra competência prevista na Lei e nos Estatutos;
- k) Resolver todos os casos omissos nos Estatutos e regulamentos.

## ARTIGO 17º

### (Reuniões)

A Assembleia Geral pode reunir ordinária e extraordinariamente:

- a) As reuniões ordinárias realizam-se duas vezes por ano, uma no primeiro trimestre com a finalidade de aprovar o relatório da Direcção, o balanço e contas do exercício findo e o parecer do Conselho Fiscal, e outra, até 30 de Novembro, com o objectivo de analisar e aprovar o orçamento do exercício seguinte;
- b) As Assembleias Gerais são convocadas pelo Presidente da respectiva mesa, por sua iniciativa ou a pedido da Direcção ou de 10% dos associados.



## ARTIGO 18º

### (Convocatórias)

1. As convocatórias para as Assembleias Gerais serão remetidas aos Associados por correspondência, com a antecedência mínima de 15 dias, e publicadas num dos jornais da Sede da Associação ou, não o havendo, num dos jornais nacionais mais lidos, com a antecedência mínima de 8 dias, indicando-se o dia, hora, local e ordem de trabalhos da Assembleia Geral, não podendo esta deliberar sobre assuntos fora da ordem de trabalhos, salvo se todos os Associados comparecerem à reunião e todos concordarem com o aditamento.
2. Para deliberação de assuntos que requeiram solução urgente a Assembleia Geral pode ser convocada com a antecedência de 8 dias.
3. A comparência de todos os Associados sanciona quaisquer irregularidades da convocação, desde que nenhum deles se oponha à realização da Assembleia Geral.

## ARTIGO 19º

### (Funcionamento)

1. A Assembleia Geral pode funcionar em primeira convocatória com cinquenta por cento dos associados, pelo menos.
2. Se a situação anterior não se verificar, pode funcionar com qualquer número de associados meia hora depois da primeira convocação.
3. Cada associado só tem direito a um voto.
4. Cada associado, para além do seu voto, não pode representar mais do que dois associados.
5. O mandato de representação noutro associado deve constar de um pedido claro e inequívoco do associado representado, através de carta dirigida ao Presidente da Mesa onde esteja expressa a indicação da Assembleia a que diz respeito, o lugar, dia, hora da reunião e ordem do dia, a indicação precisa do associado que é oferecido como representante e o sentido em que este exercerá o voto.

## ARTIGO 20º

### (Deliberações)

As deliberações da Assembleia Geral são tomadas por maioria absoluta dos votos dos associados presentes. Exceptuam-se os casos previstos nos estatutos e na lei, nos quais se exija uma maioria qualificada.

### SECÇÃO III

(Direcção)

#### ARTIGO 21º

(Constituição)

A Direcção é constituída por um Presidente, um Vice-Presidente, um Tesoureiro e dois Vogais.

#### ARTIGO 22º

(Competências)

Cabe à Direcção:

- a) Representar a Associação, em juízo e fora dele, na pessoa do seu Presidente ou de pessoa delegada;
- b) Cumprir e fazer cumprir as deliberações da Assembleia Geral, de acordo com os estatutos;
- c) Elaborar o orçamento do próximo exercício e o relatório do exercício do findo;
- d) Apresentar projectos regulamentares necessários ao bom funcionamento da Associação;
- e) Promover e acompanhar a boa execução da acção disciplinar sobre os associados;
- f) Dotar a Associação de uma estrutura técnica e profissional adequada, zelar pelo seu bom funcionamento administrativo, pela cobrança das quotas e propor alteração de valor das mesmas, bem como de outras prestações financeiras dos associados;
- g) Tomar as medidas necessárias para uma justa e eficaz aplicação dos contratos colectivos de trabalho, quando existam;
- h) Promover a criação de grupos de trabalho nos termos do respectivo regulamento;
- i) Desenvolver acções de intervenção em prol dos interesses da Associação e/ou dos associados;
- j) Promover reuniões com os associados, sobre questões técnicas ou outras a título consultivo ou informativo;
- l) Nomear ou contratar um Secretário Geral, após prévia aprovação pela Assembleia Geral;

#### ARTIGO 23º

(Reuniões)

1. Cada membro da Direcção tem direito a um voto.
2. A Direcção reúne ordinariamente uma vez em cada mês e extraordinariamente por convocação expressa do seu Presidente.

3. Para o funcionamento efectivo da Direcção é apenas necessária a presença da maioria simples dos seus membros.
4. Deverá ser elaborada uma acta de cada reunião para ser assinada pelos membros presentes.

#### ARTIGO 24º

##### (Deliberações)

As deliberações são tomadas pela maioria dos votos dos membros presentes da Direcção, cabendo ao seu Presidente o voto de qualidade.

#### ARTIGO 25º

##### (Actos Vinculados)

A Direcção vincula a Associação com as assinaturas de dois membros, sendo uma obrigatoriamente a do seu Presidente.

Para actos de expediente geral é suficiente a assinatura conjunta de um membro da Direcção e do Secretário Geral, entendendo-se como actos de expediente geral aqueles que determinem para a Associação responsabilidade obrigacional.

#### SECÇÃO IV

##### (Conselho Fiscal)

#### ARTIGO 26º

##### (Constituição)

O Conselho Fiscal é constituído por um Presidente e dois Vogais.

#### ARTIGO 27º

##### (Competências)

1. Compete ao Conselho Fiscal:
  - a) Fiscalizar a administração da Associação;
  - b) Vigiar pela observância da Lei e dos Estatutos;
  - c) Verificar a regularidade dos livros, registos contabilísticos e documentos que lhe servem de suporte;
  - d) Verificar a exactidão do balanço e da demonstração dos resultados;
  - e) Elaborar anualmente um relatório sobre a sua acção fiscalizadora;

- f) Convocar a Assembleia Geral, quando o Presidente da respectiva mesa, obrigado a fazê-lo, o não faça;
- 2. Os membros do Conselho Fiscal devem proceder, conjunta ou separadamente e em qualquer época do ano, a todos os actos de verificação e inspecção que considerem convenientes para o cumprimento das suas obrigações de fiscalização.
- 3. Nos casos omissos o Conselho Fiscal rege-se pelo determinado na Lei para o órgão idêntico nas sociedades anónimas, com as necessárias adaptações.

#### ARTIGO 28º

##### (Reuniões)

- 1. O Conselho Fiscal reúne em regra uma vez por trimestre e sempre que o seu Presidente o entenda por conveniente.
- 2. O Conselho Fiscal só pode reunir e deliberar estando presente a maioria dos seus membros, sendo as deliberações tomadas por maioria de votos dos membros presentes.
- 3. Em caso de empate, o Presidente disporá de voto de qualidade

#### ARTIGO 29º

##### (Secretário-Geral)

- 1. O Secretário Geral será nomeado ou contratado pela Direcção, não podendo acumular o exercício de funções em qualquer Associado, e apoiará a actividade de cada um dos órgãos sociais da Associação, em cujas reuniões participará com voz mas sem voto.
- 2. O Secretário Geral será responsável pela coordenação e execução dos planos de acção anuais, definidos pela Direcção, que avaliará regularmente o seu desempenho.
- 3. O Secretário Geral chefia e avalia o desempenho dos funcionários da Associação;
- 4. Correspondem ainda ao Secretário Geral nomeadamente as seguintes funções:
  - a) Ter à sua guarda o registo dos Associados e o Livro de Actas da Associação;
  - b) Adoptar as medidas necessárias à execução das deliberações dos órgãos sociais;
  - c) Colaborar directamente com a Direcção e demais órgãos sociais nos casos em que for solicitado;
  - d) Propor à Direcção a nomeação e exoneração do pessoal técnico e administrativo da Associação;
  - e) Coordenar o despacho de correspondência;
  - f) Informar os órgãos sociais competentes sobre os casos de ilegalidade estatutária existente em acordos a subscrever pela Associação;

- g) Coordenar administrativamente o funcionamento dos Grupos de Trabalho;
  - h) Realizar quaisquer outras funções expressamente delegadas por qualquer dos órgãos sociais da Associação ou que venham a estabelecer-se nestes Estatutos ou ainda em Regulamentos Internos;
5. Sempre que solicitado pela Direcção, nomeadamente em situações de conflito de interesses entre os seus membros, pode ser solicitado ao Secretário Geral, que faça a representação da Associação.

#### ARTIGO 30º

##### (Grupos de Trabalho)

1. Os Grupos de Trabalho serão constituídos por representantes das empresas Associadas, de entre os quais será eleito um coordenador;
2. São atribuições dos Grupos de Trabalho o desenvolvimento de acções com vista à defesa dos interesses legítimos de um grupo ou sector específico de actividade representado pela Associação.
3. Nas reuniões dos Grupos de Trabalho participará o Secretário Geral ou outro funcionário da Associação, que actuará como elo de ligação permanente com a Direcção e demais órgãos sociais.
4. Os Grupos de Trabalho devem funcionar com independência mas de acordo com os planos de acção e orçamento previamente aprovados pela Direcção. As decisões que vinculem o nome da Associação perante terceiros não deverão ser tomadas sem o prévio conhecimento e aprovação da Direcção.

#### CAPÍTULO IV

##### (Regime Financeiro)

#### ARTIGO 31º

##### (Orçamento)

1. A Associação tem um orçamento anual, correspondente ao ano civil, que será aprovado em Assembleia Geral e que deverá assegurar o equilíbrio entre as receitas e despesas da actividade associativa.
2. O orçamento anual deverá ser apresentado aos Associados até 8 dias antes de realização da Assembleia Geral que proceda à respectiva apreciação.

3. No decurso de qualquer exercício pode ser proposto um orçamento extraordinário em casos devidamente justificados.

#### ARTIGO 32º

##### (Receitas)

São receitas da Associação:

- a) Os produtos das quotas e jóias dos Associados, bem como das multas que lhe sejam aplicadas em virtude das infracções disciplinares;
- b) Os juros provenientes de depósitos bancários;
- c) Subsídios, donativos, legados ou ofertas que lhe foram atribuídos e outros;

#### ARTIGO 33º

##### (Aquisição de bens)

A Associação pode adquirir sem autorização, a título gratuito ou oneroso, bens móveis ou imóveis necessários para a prossecução dos seus fins.

#### ARTIGO 34º

##### (Despesas)

São despesas da Associação as decorrentes das actividades desenvolvidas no âmbito dos estatutos.

#### ARTIGO 35º

##### (Movimento de receitas e Despesas)

O movimento das receitas e despesas da Associação deve ser registado em documento onde constem as assinaturas de dois membros da Direcção sendo uma obrigatoriamente a do Presidente ou do Tesoureiro.

#### ARTIGO 36º

##### (Movimento de Fundos)

A Associação deve depositar os seus fundos em instituição bancária, só podendo os mesmos serem movimentados com as assinaturas de dois membros da Direcção, sendo uma das assinaturas obrigatoriamente do Presidente ou do Tesoureiro.

## ARTIGO 37º

### (Relatório, balanço e contas anuais)

1. A Direcção deverá elaborar um relatório das acções da Associação reportado a 31 de Dezembro.
2. A Direcção deverá apresentar o balanço e contas de cada exercício.
3. Os documentos constantes nos números anteriores deverão ser acompanhados do parecer do Conselho Fiscal e ser presentes para apreciação da Assembleia Geral Ordinária a realizar antes de 31 de Março.

## ARTIGO 38º

### (Reservas)

1. Salvo decisão diferente aprovada em Assembleia Geral, o saldo da conta de Gerência de cada exercício deve ser aplicado nos termos seguintes:
  - a) Dez por cento para reserva obrigatória;
  - b) Os restantes para reserva para investimento;
2. A reserva obrigatória só pode ser movimentada com autorização da Assembleia Geral.

## CAPÍTULO V

### (Disposições Diversas)

## ARTIGO 39º

### (Alteração de Estatutos)

Para alteração dos estatutos da Associação são necessários os votos favoráveis de três quartos do número total dos Associados presentes em Assembleia Geral Extraordinária convocada expressamente para esse fim.

## ARTIGO 40º

### (Inscrição noutras Associações)

A Associação pode inscrever-se em uniões, federações e confederações de associações patronais nacionais e internacionais, se tal for deliberado em Assembleia Geral por três quartos dos votos do número de associados presentes.

## ARTIGO 41º

### (Dissolução da Associação)

1. A Assembleia Geral Extraordinária para deliberação da dissolução da Associação, deve ser convocada com trinta dias de antecedência, por carta registada com aviso de recepção e por anúncio publicado nos termos do nº 1 do artigo 18º.
2. Para dissolução da Associação são necessários três quartos dos votos do número total de associados.
3. Em caso de dissolução, o destino a dar ao património da Associação será decidido pela Assembleia Geral Extraordinária, ressalvadas as disposições legais imperativas aplicáveis.

## ARTIGO 42º

### (Membros Fundadores)

Os membros da Associação que foram admitidos até aos três meses seguintes à data da publicação oficial dos estatutos de constituição, serão considerados membros fundadores da Associação.

Estatutos aprovados na Assembleia Geral de 27 de março de 2012.